

BOLETIM 1456

Brasília (DF), 19 de junho de 2026

Definição sobre PEC da 6x1 deve ficar para julho, afirma presidente da CCJ do Senado

Senador Otto Alencar, contudo, afirmou ainda não ter recebido sinalizações de presidente da Casa, Davi Alcolumbre,

O senador Otto Alencar (PSD-BA) *(foto)*, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, afirmou que a definição de como será a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala 6x1 deve ficar para a primeira quinzena de julho.

O prazo deve frustrar a expectativa dos trabalhadores e do governo, que esperava ver a medida, bandeira eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada e promulgada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados antes do início do recesso parlamentar, em 17 de julho.

Pelo trâmite normal, a CCJ é a primeira etapa de discussão da proposta, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 27 de maio, mas ainda não foi remetida à comissão pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

— Ainda não tenho definição de quando o presidente Davi Alcolumbre vai despachar a PEC para a CCJ. Ele não falou nada comigo. Está tudo parado — disse o senador.

O cálculo de Otto que o tema deva ficar para julho leva em consideração o período de esvaziamento do Senado, motivada pelas festas juninas e a Copa do Mundo.



A decisão, que permite a participação de senadores em votações mesmo não estando em Brasília, atende a demandas de parlamentares, que têm preferido ficar em seus estados para articular as pré-campanhas eleitorais.

Conversa com Lula - Segundo interlocutores, Alcolumbre ainda aguarda uma conversa com Lula antes de destravar a votação da PEC no Senado. Os dois não se falam desde a rejeição da indicação do advogado geral da União (AGU), Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Alencar disse acreditar que, dependendo das conversas, ainda seria possível aprovar a PEC antes do recesso. Alcolumbre, contudo, já disse que não vai colocar a proposta em votação diretamente em plenário e que ela vai passar pelo menos por uma comissão.

Segundo interlocutores, o presidente do Senado também não deu qualquer sinalização ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos PB), com quem tem falado com frequência, de que pretende acelerar a tramitação da PEC.

O presidente do Senado também ainda não definiu quem será o relator da PEC. Entre os cotados estão o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG) e o líder do PSD na Casa, Omar Aziz (AM).

Fonte: Agência O Globo

Leo Prates apresenta parecer de projeto do governo sobre escala 6x1

O deputado Leo Prates (Republicanos-BA) apresentou nesta terça-feira (16) seu parecer ao Projeto de Lei 1.838/2026, encaminhado pelo Poder Executivo, que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. O texto regulamenta os termos da PEC sobre o mesmo tema aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio.

A proposta está prevista para votação na sessão plenária desta noite. A matéria foi originalmente apresentada com urgência presidencial, revogada esta noite pelo governo.

Texto do projeto - O projeto reproduz o conteúdo da PEC anteriormente aprovada, reduzindo a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, mantido o limite de oito horas diárias, além da obrigatoriedade de dois dias de descanso remunerado por semana. A proposta determina expressamente que a mudança seja implementada sem redução salarial, inclusive dos pisos das categorias, e passa a valer também para contratos de trabalho já em vigor.

O texto incorpora os termos da PEC à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Lei do Descanso Remunerado, adequando regras sobre jornada, compensação de horas, trabalho aos domingos e negociação coletiva.

Também assegura que acordos e convenções coletivas possam estabelecer regimes compensatórios que garantam, na média mensal, dois dias de repouso por semana. Entre as mudanças previstas está a prioridade para que trabalhadoras com filhos ou dependentes com deficiência escolham seus dias de descanso.

A proposta ainda regulamenta a transição gradual para a nova carga horária. Dois meses após a publicação da lei, a jornada máxima passaria para 42 horas semanais. Um ano depois, seria reduzida para 40 horas. Nesse período, acordos coletivos poderão ajustar a distribuição da jornada diária.

Para contratos da administração pública que dependam diretamente de mão de obra, a aplicação das novas regras ficará condicionada à formalização de aditivos contratuais para reequilíbrio econômico-financeiro, com prazo de até um ano para adaptação.

Argumentos do relator - Em seu parecer, Leo Prates enfatizou a necessidade de uma legislação que acompanhe a PEC do fim da escala 6x1 para assegurar a plena efetividade de uma futura promulgação da proposta.

"A atuação eficiente do Poder Legislativo exige que a reforma do texto constitucional seja imediatamente acompanhada pela reestruturação dos diplomas legais que regem as relações de trabalho", afirmou.

Segundo o relator, o projeto "assegura a máxima eficácia e a segurança jurídica necessárias para a transição da jornada de trabalho", evitando "lacunas interpretativas ou antinomias entre o texto constitucional reformado e as regras celetistas vigentes".

Leo Prates também agradeceu aos parlamentares que protagonizaram o debate sobre o fim da escala 6x1, entre eles a deputada Erika Hilton (Psol-SP), a bancada do PT, o ex-deputado Pauderney Avelino e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), "cuja liderança institucional foi determinante para viabilizar a tramitação das propostas e colocar o tema no centro do debate político nacional".

Fonte: Congresso em Foco

Centrais sindicais denunciam à OIT ofensiva contra o fim da escala 6x1

**Diretor-geral da Organização
Internacional do Trabalho recebeu carta
que expõe o apoio de bolsonaristas e
entidades patronais a trabalho pago por
hora e acordos individuais**

As centrais sindicais entregaram ao diretor-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Gilbert Houngbo, nesta quarta-feira (10), uma carta em que manifestam preocupação com a iniciativa bolsonarista que ataca a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) pelo fim da escala 6x1. O documento pede que a entidade acompanhe a tramitação da proposta alternativa apresentada pela extrema direita, a PEC (12/26), encabeçada pelos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Rogério Marinho (PL-RN), bem como a atuação das entidades patronais que têm apoiado a iniciativa.

A carta das centrais foi entregue em mãos por dirigentes sindicais presentes na 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que acontece em Genebra, na Suíça. O texto denuncia a tentativa dos bolsonaristas, apoiados pelas entidades que apoiaram o Golpe de 2016, em trazer uma pauta de trabalho pago por horas trabalhadas e de livre pactuação contratual entre empregadores e empregados, como forma de interditar o debate sobre o fim da escala 6x1, que avança no Congresso Nacional.

“A iniciativa surge em contexto especialmente sensível. Após ampla mobilização social e sindical, a Câmara dos Deputados aprovou proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, conforme consagrado na



Convenção nº 47 da OIT, com garantia de duas folgas por semana e superação da escala 6x1. Essa conquista expressa uma demanda civilizatória da sociedade brasileira por mais descanso, saúde, convivência familiar e redistribuição dos ganhos de produtividade acumulados pela economia”, diz o documento.

“Em vez de acolher esse movimento de avanço social, a PEC nº 12/2026 oferece resposta regressiva. Ao deslocar o centro de gravidade do Direito do Trabalho para a pactuação individual direta, a proposta fragiliza a negociação coletiva, enfraquece a representação sindical e transfere ao trabalhador o risco econômico da atividade empresarial”, completam as centrais.

O conteúdo do texto ainda traz preocupação com a campanha pública de entidades patronais, com anúncios pagos, em apoio à medida.

Segundo os sindicalistas, a PEC 12/26 “apresenta graves riscos de incompatibilidade com os compromissos internacionais” à luz das convenções da OIT e ainda “não reduz a jornada, não se preocupa com a saúde, não amplia o descanso, não fortalece a distribuição social dos ganhos de produtividade”, como preconiza a Organização.

Fonte: Portal Vermelho

Paim: Fim da escala 6x1 pode elevar arrecadação previdenciária

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender, durante pronunciamento em Plenário nesta terça (16), o fim da escala 6x1. Segundo ele, experiências internacionais indicam que a medida resultará em novas contratações com carteira assinada e, assim, no aumento da arrecadação da Previdência.

Paim afirmou que a redução da jornada favorece uma melhor distribuição do trabalho e pode impulsionar a produtividade. Ele citou estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) segundo as quais a medida poderia gerar até 4,5 milhões de novos empregos e elevar a produtividade em cerca de 4%.

— Imaginem o impacto desses números sobre a Previdência Social. Cada novo emprego com carteira assinada significa um novo contribuinte para o INSS, mais arrecadação, maior equilíbrio financeiro do sistema e mais segurança para aposentados e pensionistas — disse.

O senador também associou o debate sobre a jornada de trabalho à saúde dos trabalhadores. De acordo com ele, dados do Ministério da Previdência Social mostram que mais de 546 mil pessoas foram afastadas de suas atividades em 2025 por transtornos mentais e comportamentais — como ansiedade, depressão e síndrome de burnout.

Ele declarou ainda que esses afastamentos cresceram quase 16% em apenas um ano e que a Previdência concedeu mais de 3 milhões de

benefícios por incapacidade temporária relacionados a doenças e acidentes de trabalho.

— Quando garantimos mais tempo para descanso, convivência familiar, lazer, estudo e qualificação profissional, estamos investindo na saúde das pessoas. Um trabalhador saudável produz mais, vive melhor e necessita menos da Previdência — argumentou.

Fonte: Agência Senado

STF rejeita alterar decisão que vetou revisão da vida toda

O STF formou maioria de votos na sexta-feira (12) para negar alterações na decisão da Corte que rejeitou a revisão da vida toda das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O entendimento foi formado no julgamento virtual de um recurso protocolado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.111. A votação virtual será finalizada nesta sexta-feira (19).

Até momento, foram proferidos sete votos para rejeitar os embargos de declaração protocolados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

A entidade defendeu que a revisão da vida toda seja aplicada nos processos que foram ajuizados até o dia 21 de março de 2024, data na qual o Supremo reviu seu próprio entendimento e vetou a revisão.

Antes do veto, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também garantiu aos aposentados o direito à revisão.

Fonte: Agência Brasil



Denilson destaca avanços e protagonismo da NCST na 114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT

O diretor de Relações Internacionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Denilson Pestana **(foto)**, avaliou de forma positiva a participação da entidade na 114ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, na Suíça. Segundo o dirigente, o evento consolidou importantes avanços para trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do mundo, além de reforçar a relevância do movimento sindical na construção de relações de trabalho mais justas e democráticas.

Para Denilson, os debates realizados ao longo da Conferência evidenciaram que o diálogo social, a negociação coletiva e a liberdade sindical permanecem como instrumentos fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho, especialmente diante das transformações provocadas pelas novas tecnologias, pela inteligência artificial, pelas mudanças climáticas e pelas novas formas de organização produtiva.

“A Conferência reafirmou que o fortalecimento do diálogo entre trabalhadores, empregadores e governos continua sendo o

caminho mais eficaz para promover o desenvolvimento econômico com justiça social e garantir melhores condições de trabalho para todos”, destacou.

Outro tema que ganhou destaque nas discussões foi a promoção da igualdade de gênero. As conclusões aprovadas reforçaram o compromisso internacional com a igualdade salarial entre homens e mulheres, o combate à discriminação, à violência e ao assédio no ambiente de trabalho, além da ampliação da participação feminina.

De acordo com o diretor, os resultados fortalecem pautas estratégicas para o Brasil, como a valorização do trabalho decente, a ampliação da proteção social, a qualificação profissional, a inclusão e a promoção da justiça social.

Denilson destacou a atuação da delegação nas diversas comissões temáticas da Conferência. O dirigente reconheceu o trabalho desenvolvido por Claudemir Moreira e William Nascentes nas articulações relacionadas à Comissão de Diálogo Social e Tripartismo, bem como a contribuição da vice-presidente da NCST-PR, Genecir dos Santos, de Rita de Cássia e da pesquisadora Renata Caciquinho nos debates sobre igualdade de gênero.

Na Comissão de Plataformas, a Central contou com a participação do vice-presidente Tarcísio Melo e do conselheiro fiscal João Estevam, além dos assessores jurídicos Agilberto Seródio e Cristiano Meira, que contribuíram para o acompanhamento das discussões sobre os impactos das novas formas de trabalho mediadas por plataformas digitais.

Denilson agradeceu, ainda, a confiança da presidente da NCST, Sônia Zerino, pela coordenação da bancada da Central, e ressaltou a responsabilidade que a entidade assumirá no próximo ano na coordenação da bancada dos trabalhadores brasileiros nos fóruns internacionais.

Dieese: salário mínimo deveria ser próximo a R\$ 8 mil

No mês de maio, o custo da cesta aumentou em todas as 27 capitais analisadas pelo Dieese. A situação elevou o custo de vida na passagem de abril para maio, fazendo com que o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas chegasse a quase R\$ 8 mil.

De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pela entidade em parceria com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), entre abril e maio, as principais elevações do conjunto dos alimentos básicos ocorreram em Recife (8,05%), Florianópolis (7,81%), Fortaleza (7,48%), Porto Alegre (7,24%), Maceió (6,68%), João Pessoa (6,22%), Natal (6,18%), Curitiba (5,91%), Aracaju (5,39%), Teresina (5,36%), Cuiabá (5,16%) e São Paulo (5,08%), considerando que houve aumentos em todas as capitais.

Quando se considera o maior valor pago, São Paulo ocupa a primeira posição (R\$ 952,20), seguida por Cuiabá (R\$ 925,49), Rio de Janeiro (R\$ 914,48) e Florianópolis (R\$ 913,43). Os resultados constam na Análise Mensal da Cesta Básica de Alimentos, publicada na quinta-feira (11).

Esses aumentos percentuais atingem diretamente o custo de vida da população. Nos anos anteriores, o governo federal lançou medidas para conter a inflação dos alimentos e colheu resultados positivos. No entanto, a conjuntura de 2026 tem apresentado novos desafios com a guerra no Oriente Médio e as ameaças à soberania nacional.

Assim, o encarecimento da cesta básica, segundo o Dieese, incide diretamente no valor necessário mensal para o sustento das famílias.

“Com base na cesta mais cara, que, em maio, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as

despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário”, diz o documento.

Dessa maneira, é apontado que, no mês de maio, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 7.999,44 ou 4,93 vezes o mínimo reajustado em R\$ 1.621.

No mês de abril, o valor necessário era de R\$ 7.612,49, ou 4,70 vezes o piso mínimo.

Fonte: Portal Vermelho

Inflação de maio fica em 0,58%, influenciada por preço dos alimentos

O preço dos alimentos pressionou o bolso dos brasileiros em maio e representou metade da inflação, que variou 0,58%, no mês passado, conforme dados divulgados pelo IBGE.

O resultado mostra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) perdeu força em relação aos dois meses anteriores. Entretanto, fez com que o acumulado de 12 meses chegasse a 4,72%, saindo do limite de tolerância estipulado pelo governo.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). O teto é descumprido se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Fonte: Agência Brasil



Convenção coletiva não pode tirar plano de saúde de aposentado por invalidez

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST anulou parcialmente uma cláusula da convenção coletiva do setor de transporte coletivo do Espírito Santo que permitia excluir aposentados por invalidez do plano de saúde custeado pelo empregador. Para a maioria do colegiado, embora o vínculo trabalhista esteja suspenso, o trabalhador está em situação de vulnerabilidade em razão da incapacidade.

A cláusula fazia parte das Convenções Coletivas de Trabalho de 2021/2022 e 2022/2023 entre o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Espírito Santo, o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Espírito Santo.

Na ação anulatória, o Ministério Público do Trabalho alegou, entre outros pontos, que a previsão violava o princípio da isonomia. Para o órgão, se não há rompimento do vínculo, não há justificativa plausível para garantir o plano de saúde em outras situações de suspensão contratual e negá-lo aos aposentados por invalidez.

O TRT da 17ª Região (ES) rejeitou a pretensão, considerando que . Conforme o TRT-17, não há norma legal que assegure a extensão do plano de saúde ao aposentado por invalidez. O MPT, então, recorreu ao TST.

Invalidez gera vulnerabilidade - Prevaleceu, no julgamento do caso pela SDC, o voto do ministro Lelio Bentes Corrêa. Ele observou que a aposentadoria por invalidez gera uma situação de vulnerabilidade para o trabalhador, cuja saúde mental e física está fragilizada diante da incapacidade para o trabalho. Por isso, ressaltou a importância do plano de saúde, essencial para o direito fundamental à saúde.

Fonte: Consultor Jurídico

Comissão aprova projeto que torna racismo motivo de rescisão indireta de contrato de trabalho

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2200/23, do deputado Jonas Donizette (PSB-SP), que classifica a prática de discriminação ou injúria racial contra o empregado ou familiares dele como justa causa cometida pelo empregador para a rescisão do contrato de trabalho.

A justa causa do empregador, também conhecida como rescisão indireta, ocorre quando o empregador comete uma falta grave que torna inviável ou inconveniente a manutenção do vínculo empregatício.

A rescisão indireta é um direito do empregado. O empregado pode considerar rescindido o contrato de trabalho e solicitar na Justiça do Trabalho as verbas relativas à dispensa imotivada, como a multa de 40% sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Fonte: Agência Câmara

CONTRICOM NOS ESTADOS



FETRACONSPAR coordena mais duas eleições sindicais no Paraná

A FETRACONSPAR, entidade filiada à CONTRICOM, realizou mais duas eleições sindicais no estado do Paraná neste mês de junho. A primeira foi realizada no dia 9 de junho no SIMENCAL de Campo Largo, quando os trabalhadores foram às urnas para renovar sua diretoria.

O presidente da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira – que também preside a CONTRICOM, acompanhou pessoalmente o pleito que elegeu a chapa encabeçada pelo companheiro Samuel Soares dos Santos, que assumiu o compromisso de dar continuidade ao trabalho sindical em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. *(foto na coluna ao lado, com Reinaldim e outros integrantes da direção da entidade).*

SINTRACON Toledo – Já nos dias 17 e 18 de junho, o SINTRACON de Toledo também realizou eleições para renovação da direção sindical, contando, também, com a presença da FETRACONSPAR através do presidente Reinaldim *(foto acima)*, ocasião em que os trabalhadores pertencentes à categoria compareceram às urnas nas obras e demais locais de trabalho.



BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO